



**O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NOS CURSOS DE LICENCIATURA EM
EDUCAÇÃO FÍSICA: UMA FERRAMENTA SIGNIFICATIVA PARA
INTEGRAÇÃO SOCIAL DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO
ESPECTRO AUTISTA**

***THE SUPERVISED INTERNSHIP IN DEGREE COURSES IN PHYSICAL
EDUCATION: A SIGNIFICANT TOOL FOR THE SOCIAL INTEGRATION OF
CHILDREN WITH AUTISM SPECTRUM DISORDER***

LIMA, Rafael Lucas¹⁸,
Pissuto, Washington²,
Silva, Ana Caroline Soncin³.
E-mail: z.rafalima@gmail.com

RESUMO

As instituições regulares de ensino no Brasil, até o momento, mostram-se negligentes no quesito inclusão de crianças com o Transtorno do Espectro Autista, tendo em vista os poucos estudos sobre como atuar nesta área e a precária informação que os formandos têm acerca deste tema nas universidades. Isso acaba ocasionando na graduação incompleta do futuro docente, pois este, não saberá agir diante de um aluno autista, impedindo sua integração com os demais alunos e sua formação integral. Diante disso, o atual projeto, procura elucidar o quão significativo é o estágio supervisionado na formação acadêmica do discente do curso de licenciatura em educação física, e o quanto a educação física escolar é capaz de desenvolver, no aluno autista, suas capacidades físicas, cognitivas e sociais. Com esse propósito, foram realizadas pesquisas bibliográficas de cunho explicativo. Foi observado que a prática da educação física em escolas de ensino regular pode promover nos estudantes com este transtorno – a independência motora e social. Portanto, percebe-se que a educação física não é a única responsável pelo trabalho de incluir e desenvolver a criança com o transtorno do espectro autista, para que isso tudo ocorra de modo eficaz, é necessário a inter-relação do corpo docente escolar e família – expondo suas dificuldades e experiências – e se preciso for,

¹⁸ Acadêmico do Curso de Licenciatura em Educação Física do Centro Universitário de Jales (UNIJALES), Jales - SP.

² Especialista em Tutoria em Educação a Distância e em Psicopedagogia Institucional, orientador e professor no Centro Universitário de Jales (UNIJALES), Jales - SP.

³ Mestre em Ciências dos Materiais e Especialista em Formação Docente em Educação a Distância, coorientadora e professora no Centro Universitário de Jales (UNIJALES), Jales - SP.



umentar os limites interativos para com outros profissionais como – médicos, psicólogos e toda uma equipe multidisciplinar que possa auxiliar a escola, o professor, os familiares e em especial, a criança com o Transtorno do Espectro Autista.

Palavras-chave: Estágio Supervisionado. Educação Física. Autismo.

ABSTRACT

The regular educational institutions in Brazil, so far, have been negligent regarding the inclusion of children with Autistic Spectrum Disorder, considering the few studies on how to act in this area and the precarious information that graduates have about this topic. at universities. This ends up resulting in the incomplete graduation of the future teacher, as he will not know how to act in front of an autistic student, preventing his integration with the other students and his integral formation. In view of this, the current project seeks to elucidate how significant the supervised internship is in the academic formation of the student of the degree course in physical education, and how much school physical education is capable of developing, in the autistic student, their physical, cognitive capacities and social. For this purpose, explanatory bibliographic research was carried out. It was observed that the practice of physical education in regular schools can promote motor and social independence in students with this disorder. Therefore, it is clear that physical education is not solely responsible for the work of including and developing children with autism spectrum disorder. – exposing their difficulties and experiences – and, if necessary, increasing the interactive limits with other professionals such as – doctors, psychologists and a whole multidisciplinary team that can help the school, the teacher, the family and in particular, the child with the Disorder of the Autistic Spectrum.

Key-words: Supervised internship. Physical Education. Autism.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo torna-se de suma importância tendo em vista que existem poucas pesquisas na área de atividades educativas para as práticas de Educação Física, que são demasiadamente importantes para estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Isso pois, segundo Moraes, Ferras e Machado (2018) o Autismo é uma patologia,



que interfere no desenvolvimento intelectual, na socialização, na comunicação, e no comportamento. Os portadores de TEA ainda apresentam uma incapacidade de interação social. Além disso, Neto, Costa e Neto (2019) afirmam que indivíduos com TEA, a partir de seu surgimento, possuem faculdades motoras alheias dos exemplos habituais de desenvolvimento.

Visando as dificuldades acima mencionadas, Mello, Fiorini e Coqueiro (2019) desenvolveram uma pesquisa onde foi demonstrado que a Educação Física escolar contribui bastante no desenvolvimento motor do aluno com TEA e por meio deste, pode-se melhorar outras capacidades como a lateralidade, equilíbrio e raciocínio. Também, observa-se proveitos na comunicação e interação, que são promovidas por meio de atividades em grupo propostas em jogos, brincadeiras e esportes, onde os alunos são apresentados a resolução de conflitos e precisam, juntos, resolver o problema – tornando-se assim imprescindível a prática desta para sujeitos com TEA, mas também para seres sem a deficiência.

Ademais, essa iniciativa de inclusão no âmbito escolar para com indivíduos portadores de necessidades especiais nunca foi fácil, é um trabalho árduo e requer do habilitado uma gama de competências maior que as adquiridas na faculdade. Infelizmente, muitos professores aptos a executar suas funções como educadores, realizam a integração dos alunos autistas de maneira errônea, pois não possuem um alicerce bem fundamentado nas mais diversas áreas do saber que abarquem conhecimento teórico e prático para direcionar o dia a dia desse estudante na instituição de ensino (SILVA; ALVES; CORREIA, 2018). Portanto, em consonância com o parágrafo, a inserção de estudantes - com este transtorno - em escolas regulares proporciona o entrosamento do mesmo para com os indivíduos da instituição escolar, além de estimular as funções mentais e motoras do ser. A incumbência do sistema educativo é transformar este sujeito numa pessoa com maior autonomia, apta a usufruir da vida como as demais (FILHO; CUNHA, 2010).

Em concordância com os fatos supracitados, a Educação Física Adaptada (EFA) se destaca, pois, por meio dela adaptam-se práticas convencionais de Educação Física resultando em exercícios, de modo que estes não ofereçam riscos aos portadores da deficiência – apropriando-os para cada competência psicomotora do estudante deficiente (STRAPASSON, 2002 apud MELO *et al.*, 2020). Destarte, a mesma, desfruta de habilidades, meios e procedimentos de modo a estruturar os temas e materiais da



disciplina citada, com a finalidade de assistir às deficiências do aluno com Transtorno Espectro Autista (CIDADE; FREITAS, 2002 apud MELO *et al.*, 2020).

Diante disso, é no estágio supervisionado que o estudante de Educação Física vivenciará as diversas oportunidades no ramo de trabalho citado. Mas, focando no assunto em questão, a importância do mesmo no processo de formação dos estudantes universitários ocorre no agregar de conhecimento e prática, na vivência com alunos e professores, nas pesquisas e estudos realizados para a solução das adversidades encontradas, na organização de aulas e a própria experiência de estar numa escola auxiliando o docente e sendo supervisionado pelo mesmo. O resultado das informações supramencionadas são um avanço no exercer enquanto educador (ALMEIDA; MOREIRA, 2012).

Por fim, para amparar o profissional de educação física e de outras áreas em suas aulas, foi criada a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que é um regulamento restrito à instituição acadêmica, que tem como objetivo o desenvolvimento do indivíduo e a idealização da criação de uma nação mais justa, democrática e inclusiva, além de designar o que todo estudante precisa para progredir em cada ciclo de seu crescimento e da Educação Básica. E no que diz respeito ao tema da pesquisa, a BNCC cita em seu documento uma competência que busca “identificar as formas de produção dos preconceitos, compreender seus efeitos e combater posicionamentos discriminatórios em relação às práticas corporais e aos seus participantes” e ainda “interpretar e recriar os valores, os sentidos e os significados atribuídos às diferentes práticas corporais, bem como aos que delas participam” (BRASIL, 2019). Com isto, o professor poderá realizar atividades inclusivas e adaptadas com os estudantes especiais e alunos não portadores da deficiência, além de poder reinventar todo o conceito que as pessoas têm sobre o Transtorno do Espectro Autista.

A presente pesquisa objetiva evidenciar a importância do Estágio Supervisionado nos cursos de Licenciatura em Educação Física para a formação de profissionais da área que estejam capacitados para a idealização, desenvolvimento e execução de suas atividades rotineiras, garantindo a total integração e participação de alunos com Transtorno do Espectro Autista. Especificamente este trabalho almeja:

- Demonstrar a relevância do estágio supervisionado na grade curricular, como forma de promover experiências relacionadas as práticas envolvendo as rotinas escolares;
- Entender o que é o Transtorno do Espectro Autista;



- Compreender como as aulas de Educação Física podem contribuir para melhorar o desenvolvimento motor, emocional e cognitivo de alunos com TEA;
- Elucidar as dificuldades no cotidiano escolar de alunos com TEA e como as práticas de Educação Física podem colaborar no processo de inclusão desses alunos.
- E compreender como a BNCC e a Educação Física Adaptada podem auxiliar no preparo, desenvolvimento e aplicação dos planos de aulas para inclusão de alunos com TEA.

O motivo deste projeto de iniciação científica teve como incentivo a precariedade de literaturas acerca de educação inclusiva e adaptada para crianças com o Transtorno Espectro Autista, além da falta de instrução e conteúdo acadêmico sobre como lidar com elas.

Além disso, os estudos realizados nesta pesquisa, servirão como base e apoio para discentes e docentes que tenham dificuldades na inclusão de estudantes especiais ou que queiram utilizar a educação física como ferramenta de integração e desenvolvimento da criança com TEA.

Para tanto esta pesquisa teve cunho qualitativo, natureza básica e com objetivo explicativo, tendo seu desenvolvimento baseado em análises bibliográficas e documentais, aproveitando-se de inúmeras matrizes, como: revistas, livros, jornais, periódicos, artigos, dissertações, teses e sites oficiais, que auxiliaram a elucidar a concepção de Transtorno do Espectro Autista e como inclui-los na sociedade com a prática da educação física.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A realização do estágio obrigatório é a execução daquilo que virá a ser sua futura ocupação, incluindo, a aplicação do conhecimento adquirido na faculdade. É ressaltado o estágio curricular obrigatório ou supervisionado, pois, além deste, que é uma realização validada pelo documento que orienta a estrutura pedagógica das instituições de ensino, tendo a possibilidade de atuar em corporações públicas, privadas, governamentais ou não e o intercâmbio entre universidades – há também – o estágio curricular não obrigatório que relaciona-se com afazeres extracurriculares que tenham conexão com o curso em andamento (SCALABRIN; MOLINARI, 2013).



Uma das importâncias em se vivenciar o estágio supervisionado nos cursos de licenciatura, em especial, a educação física – é o fato de se experienciar e poder conhecer as várias frentes de trabalho oferecidas pela graduação. Além de se adquirir conhecimento e entender o grau de profundidade que há na relação ensino-aprendizagem (ALMEIDA; MOREIRA, 2012). Complementando, Cardozo (2012) aponta que é neste momento em que o universitário vai se familiarizar com a sua futura área de ocupação, pois, na maioria das vezes este é o primeiro contato que o acadêmico terá com aquela que será sua atividade laboral.

Em consonância com os dados sobreditos, Cardozo (2012) ainda afirma que é nesta ocasião em que o estudante aplica, ou seja, põe em prática tudo aquilo que aprendeu/está aprendendo (teoria), construindo assim a sua identidade docente – pois ele estará em um ambiente com profissionais do mesmo campo de atuação que o dele. Desta forma, ele poderá ter um olhar crítico sobre o que é ser um professor e como atuar da melhor maneira possível em suas aulas. Mas, sem se esquecer que aquele é um local de inspiração e aprendizado sobre o tipo de educador que ele será (OLIVEIRA; LAMPERT, 2007 apud CARDOZO, 2012).

O estágio supervisionado além de mostrar-se relevante no desenvolvimento discente-docente, formação de novas ideias e criação de sua identificação como professor – proporciona ocupar-se com outras necessidades da educação, como, analisar o currículo das grades de ensino, ressaltando tanto tópicos significativos, quanto dispensáveis e a ausência de algum tema vigente na disposição do currículo (PIRES, 2012).

A fundamentação teórica do currículo das práticas educativas se dá mediante ao uso da

Base Nacional Comum Curricular que é:

Um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, [...] e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva (BRASIL, 2019).

Segundo Ferraz, Costas e Freitas (2020), desde a aprovação deste currículo, seu intuito é o de conduzir as técnicas didáticas utilizadas em instituições regulares de ensino para assegurar um melhor desempenho nos métodos educacionais. Mas, no que tange a educação inclusiva, os próximos parágrafos demonstrarão como a BNCC é capaz de auxiliar o professor.



Ferraz, Costas e Freitas (2020) demonstram que – em um ponto de vista inclusivo, é crucial que haja projetos que considerem a especialidade didática da educação especial, de modo que existam atitudes que tenham em vista a acessibilidade e a promoção de meios para que esta ocorra, além do incentivo ao ensino colaborativo – tornando o aluno mais participativo e independente. Tem-se também, o planejamento e o progresso do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a introdução das adaptações para tal grupo. Este planejamento torna-se relevante a partir do momento em que a estada, o amadurecimento e o aprendizado destes estudantes são tão importantes quanto sua acessibilidade e integração na instituição de ensino regular. Fora isso, é necessário compreender que a educação especial se caracteriza como uma área do saber que ultrapassa as dificuldades e se porta como algo em constante movimento, que pode sofrer mutações e é maleável sempre que houver a necessidade.

Diante disso, Ferraz, Costas e Freitas (2020) realizaram pesquisas no documento mais recente da BNCC para elucidar o que é um currículo sob uma ótica inclusiva. Mas, infelizmente, os autores perceberam que a versão atual em comparação com as edições passadas, não aborda muito ou torna-se nula a temática “educação especial”, “práticas pedagógicas inclusivas”, “respeito à diversidade” e “valorização das diferenças”, e mesmo quando são abordadas, não há significado, e muito menos, instruções para se realizar tais assuntos.

A partir deste ponto de vista, o modelo de inclusão que a BNCC utiliza, segundo Prais e Furlanetto (2015), é a inclusão total, onde, apesar de se falar sobre inclusão e direitos dos indivíduos especiais – a partir do momento em que este aluno é ingressado no âmbito escolar, ele é tratado igual aos demais, ou seja, como todos ou outros – “sem restrições”. Por outro lado, se a BNCC seguisse pelo caminho da inclusão responsável, além da inserção do discente especial na instituição regular de ensino, haveria também – planos de ensino acerca da prática e didática pedagógica, fora as alterações na administração escolar e uma reestruturação no sistema educativo para estudantes deficientes (BRASIL, 2019).

Por fim, Ferraz, Costas e Freitas (2020) argumentam que, tendo em vista que as versões anteriores da BNCC centraram em obstáculos físicos e meios para superá-los, era previsto e aguardado que nesta última edição a BNCC fosse argumentar sobre temas pertinentes em relação ao currículo com um olhar inclusivo. Mas infelizmente, a expectativa não foi atendida e, tristemente, quem sofre com isso, além das próprias



pessoas com deficiência que não terão seu desenvolvimento integral, são a escola e todo seu corpo docente - por não saber como atuar com uma criança especial - e a família.

Segundo Baiense (2022), “em 2019 o número de matrículas da educação especial chegou a 1,3 milhões” e lastimavelmente, para Ferraz, Costas e Freitas (2020) este público será o mais prejudicado, pois foram esquecidos pela BNCC em sua versão final e não há a instrução de como se realizar as práticas e técnicas inclusivas-pedagógicas na BNCC, mesmo que ela cite ser a “referência nacional para a formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares [...] e das propostas pedagógicas das instituições escolares”, além de dizer que preza por “uma formação humana integral que vise à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva”. Mas se 1,3 milhões de alunos são prejudicados, não tem como existir uma nação que preze pela democracia, igualdade, justiça e inclusão, uma parte estará à margem da sociedade, e a educação para todos não será nada mais do que um marketing (BRASIL, 2019).

A 5ª edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5) (2014) classifica o Transtorno do Espectro Autista como um transtorno do neurodesenvolvimento, identificando-se déficits no desenvolvimento que lesionam o processo de formação pessoal, social, acadêmico ou profissional. Os défices interferem na sucessão da aprendizagem, habilidades motoras, linguísticas e racionais. O distúrbio abordado é reconhecido por conter dificuldades, por parte do portador, em se expressar verbalmente no meio coletivo ou até individualmente – e em iniciar e fortalecer suas relações, dependendo até mesmo dos outros para que isto que isto aconteça. Além disso, outra característica predominante nos indivíduos portadores do Autismo é a frequência em determinado modo de agir.

Tendo em vista a patologia mencionada, Cabral e Marin (2017) realizaram uma revisão sistemática de literatura e relataram que os capacitados a atuar na área de ensino, devem pesquisar sobre o seguimento de aprendizado de cada sujeito com a deficiência, pois, por decorrência dela, o progresso educacional deveria acontecer de modo particular. Além disso, estes autores mencionaram em seu projeto - pesquisas nacionais e internacionais acerca deste tópico, e infelizmente, demonstraram que este é um assunto não muito explorado pelas universidades – tornando-se um empecilho na futura carreira docente deste formando e impedindo que uma criança com o Transtorno do Espectro Autista seja devidamente assistida e integrada no âmbito escolar, pois a instituição que poderia auxiliar os futuros professores a exercerem uma boa prática inclusiva, não a faz.



Fora isso, a pesquisa destes autores a respeito deste tema, destaca a relevância da constante interação entre o corpo docente escolar e as famílias com indivíduos autistas, abordando suas dificuldades, facilidades e vivências – podendo compreender melhor a conduta deste ser, e assim, poder cooperar no progresso da criança. Ainda, na mesma pesquisa, os autores também ressaltam que outro modo de se ter uma maior compreensão sobre esta patologia e como agir na instituição de ensino com este aluno, sendo um profissional, é lendo o relato de outros responsáveis ou ocupacionais da área da educação e inclusão, e fazendo o mesmo que os outros fizeram, divulgar sobre suas experiências e técnicas de inserção para com estes estudantes (CABRAL; MARIN, 2017).

Em resposta à problemática supracitada, é de suma importância que as crianças com o transtorno do espectro autista sejam integradas nas instituições de ensino regular, em especial, com alunos não deficientes – incitando a interação com os demais estudantes e docentes, para que assim - elas possam demonstrar comportamentos semelhantes além das fronteiras escolares. Pois, é função do corpo docente escolar possibilitar tais situações para que no desenvolvimento do aluno autista, ele possa ser autossuficiente. Ainda, é neste ambiente onde o ser com necessidades especiais irá experienciar a constante mudança do dia a dia, ao invés daquela rotina repetitiva (DIAS; BORRAGINE, 2020).

Outrossim, em relação a inserção das crianças com o Transtorno do Espectro Autista, a Educação Física Escolar colabora para a atividade inclusiva com sua organização de aulas, que constam com metas, temas que serão abordados, métodos de ensino-aprendizagem e avaliação – com a finalidade de ingressar o estudante (deficiente ou não) na cultura corporal de movimento, praticando-a (DIAS; BORRAGINE, 2020).

A Educação Física Escolar por intermédio da inclusão, precisa se concentrar na criança autista para que ela possa progredir suas capacidades, que infelizmente, por conta do transtorno, são limitadas. Mas, para que esta inserção não a afaste - é indispensável o planejamento e sempre ter em vista que o ensino sugerido para este aluno especial deve ser único, uma vez que – tais estudantes – manifestam individualidades acerca de suas capacidades físicas, motoras, sociais/interacionais e cognitivas. Além disso, situações em que o aluno com o transtorno do espectro autista pode desenvolver suas capacidades físicas, mentais e sociais – são nos jogos, e na tentativa de melhorar algumas atitudes ou iniciativas deste aluno, seja na aula de Educação Física ou fora dela, é o uso do reforço positivo – que pode ocorrer através de falas construtivas, brinquedos ou alguma coisa que ele goste ou algum tipo de alimento (DIAS; BORRAGINE, 2020).



Fora isso, ainda há as práticas corporais de aventuras urbanas que segundo o Currículo Paulista (SÃO PAULO, 2019, p. 262), são “caracterizadas por explorar as incertezas que o ambiente físico cria para o praticante na geração de vertigem e do risco controlado”, como andar de patins, skate, bicicleta ou até mesmo pular do trampolim. Tais atividades, além do que o Currículo Paulista aborda, também podem promover a sensação de independência, pois para serem realizados – as crianças tiveram que dar o primeiro passo e vencer o medo (DIAS; BORRAGINE, 2020).

A aula de Educação Física segundo Laureano e Fiorini (2021) é de suma necessidade para a maturação da criança (seja ela portadora de alguma deficiência ou não) haja vista que ela propicia uma ampla vivência de eventos onde ela terá a chance de produzir, se relacionar com os outros, desenvolver capacidades não exploradas e experimentar as inúmeras habilidades que o corpo humano é capaz de realizar.

Laureano e Fiorini (2021) ainda afirmam que a aula de Educação Física possibilita ao aluno práticas individuais e coletivas com sua constituição física, a partir de objetos e relações interpessoais – contribuindo para que elas se relacionem, encarem seus problemas e dificuldades, encontrem suas barreiras pessoais, exponham seus sentimentos a partir de manifestações da linguagem corporal e pratiquem sua localização espacial, fora a progressão de suas habilidades intelectuais e afetivas, agindo de modo ciente e analítico – contribuindo para a formação de um ser independente.

Em conformidade com os dados sobreditos, a Educação Física Escolar traz inúmeros benefícios para o desenvolvimento do estudante com o transtorno do espectro autista, segundo Mello, Fiorini e Coqueiro (2019). Pois, de acordo com eles, ela promove um amadurecimento integral em tais alunos, que engloba suas capacidades motoras, cognitivas, afetivas e sociais.

Para complementar, Lourenço *et al.* (2015) em sua pesquisa sobre programas de intervenção de atividades físicas em pessoas autistas, revelou que ela induz a melhoria nos aspectos físicos e diminui os modelos de conduta inadequados, atitudes violentas e o costume de não se socializar. Além disso, percebe-se nos resultados do programa, um avanço significativo deste público nas instituições de ensino e em sua atenção, percepção e comunicação, fora os ganhos na flexibilidade, equilíbrio, força muscular e resistência. Para mais, também é ressaltada a diminuição da desatenção e aumento nas habilidades sensoriais. Todos esses resultados foram obtidos pela prática de exercícios físicos como: natação e exercícios aquáticos; caminhada e corrida; exercícios terapêuticos e atividades de lazer.



Em concordância com o parágrafo acima, Alves (2014) aponta que a atividade física pode vir a ser um método para se alcançar os objetivos almejados com estes indivíduos, contanto que – sejam adequados ou ajustados para cada estudante e com um modo único de explicação e aplicação do exercício, pois cada aluno é único – necessitando de uma abordagem diferente para cada um.

Seguindo esta mesma linha de raciocínio, Mello, Fiorini e Coqueiro (2019) elucidam que a adaptação é adequar a atividade ou exercício ao grau de conhecimento ou experiência do indivíduo. Outra técnica adaptativa para se realizar as práticas físicas, mas neste caso em um contexto inclusivo-escolar, é a do aluno voluntário ou aluno tutor – citado por Mello, Fiorini e Coqueiro (2019) – que consiste em: o amigo da criança autista recebe a instrução do exercício, e enquanto ele a ajuda na execução, o mesmo, também age como um mediador e estimula a aula de educação física para uma situação de inserção e redução da discriminação contra o aluno autista.

No que concerne o desenvolvimento motor, Alves (2014) clarifica que este se evidencia pela vasta obtenção de habilidades motoras, permitindo à criança o controle de sua estrutura física em movimento ou em repouso, deslocar-se pelo espaço físico de diversas maneiras e manejar diferentes utensílios. Tais habilidades beneficiam diariamente o indivíduo, portador do transtorno ou não, seja em casa, na instituição de ensino, no trabalho ou no lazer.

Em concomitante com o parágrafo anterior, as aulas de educação física escolar podem auxiliar no desenvolvimento e ganho de habilidades motoras por meio da psicomotricidade, que analisa o ser durante sua mobilidade física, e sua conexão com seu âmbito interno e externo, tal qual – seu modo de compreender e proceder diante de situações pessoais e coletivas, além da maneira como interage com os objetos a sua volta (LAUREANO; FIORINI, 2021).

Continuando, Laureano e Fiorini (2021) dissertam que a educação física e a psicomotricidade mostram-se extremamente relacionadas, tendo em vista que, elas podem - por meio de seus processos de ensinamento – treinar o indivíduo em sua mobilidade física, possibilitando para o aluno o desenvolvimento motor, cognitivo, social e afetivo, mediante de práticas motoras capazes de se desenvolverem nas aulas de Educação Física com a psicomotricidade, através de incentivos que progredam com suas funcionalidades psicomotoras de coordenação motora grossa e fina, estrutura física, lateralidade, equilíbrio, orientação espacial, orientação temporal e ritmo.



Seguindo os dados supramencionados, no quesito - benefícios que a educação física promove para o aluno com o transtorno do espectro autista, Mello, Fiorini e Coqueiro (2019) abordam os ganhos na cognição utilizando-se do lúdico nas aulas, e por meio deste, é possível descobrir suas carências e torná-lo mais independente. E para desenvolver sua independência e cognição, exercícios que incluam problemáticas e soluções, complicações diárias e dificuldades motoras e atividades em que o estudante deverá escolher entre uma coisa ou outra, auxiliam na maturação cognitiva e autônoma do indivíduo. Os autores também relatam que recorrendo a jogos e brincadeiras que utilizem da criatividade do estudante, da relação com o outro, práticas musicais, exercícios de mobilidade e atividades contendo cores, contribuem para o desenvolvimento da cognição.

Prosseguindo, a afetividade, segundo Sousa (2018), é associada aos “sentimentos de interesse, desejos, tendências, valores e emoções”, logo, as capacidades cognitivas e de interação social, amadurecem em conjunto com a afetiva.

Para mais, Ziemba e Reis (2022) elucidam que o exercício físico, para a afetividade, estimula o transporte hormonal pelo corpo, e um dos hormônios liberados na corrente sanguínea é a serotonina, o hormônio da felicidade, auxiliando na redução do estresse e ansiedade, fora, a melhora no praticante – da saúde mental, humor e habilidades motoras – de acordo com Rocha *et al.* (2021). E eles ainda argumentam que esse ganho vai depender da continuidade desta atividade, ou seja, é necessária a constância para que se tenha um retorno emocional advindo da liberação de hormônios. Mas, de acordo com Alves (2014), não são todas as atividades que podem gerar um desenvolvimento ou ter um progresso, pois, práticas que sejam complicadas e exigem muita atenção porque há inúmeras ordens para se jogar, podem causar mais decepção do que prazer ou felicidade. Por isso, o mais indicado são, segundo Alves (2014, p. 97) “as atividades cíclicas como: ginástica, natação, cooper, relaxamento, atividades em circuito, musculação e atividades aeróbicas, serão mais coerentes com a realidade da criança”. Por fim, Alves (2014) ressalta que a Educação Física como um mediador de ensino para crianças com o transtorno do espectro autista, auxilia no processo de aquisição das capacidades sociais e para exemplificar como praticá-las nas aulas de educação física - Mello, Fiorini e Coqueiro (2019) apresentam em sua pesquisa que para uma boa socialização com este aluno, os outros estudantes deveriam ter um conhecimento prévio dele e de seu diagnóstico, para que assim, eles possam entender a situação e ajudá-lo. A partir disso, a socialização pode ser desenvolvida nas aulas de educação física através de práticas



cooperativas, como: jogos, brincadeiras, esportes, utilizar a música e situações de solução de problemas, incentivando a interação social dele.

Além disso, Nogueira (2022) exemplifica que brincadeiras lúdicas com a utilização da criatividade podem influenciar no modo com que essas crianças se comunicam. Para mais, a autora ainda argumenta que a inclusão do lúdico nos jogos e brincadeiras é capaz de promover a vontade do aluno em participar das aulas e sua inserção. Em simultâneo, o projeto dela ainda cita como proposta para o progresso das habilidades motoras e sociais, além da possibilidade de integração, o meio líquido.

3 CONCLUSÕES

O estágio supervisionado nos cursos de licenciatura em Educação Física, torna-se de suma importância para o acadêmico de Educação Física tendo em vista que este, irá prepará-lo para a prática, ou seja, o viver docente da Educação Física Escolar. E com isso, desenvolver suas práticas pedagógicas para auxiliar no processo de amadurecimento integral da criança com o Transtorno do Espectro Autista. Pois, a Educação Física Escolar contribui, por meio do lúdico, para o processo de formação das habilidades motoras, cognitivas, afetivas e sociais – através de jogos, brincadeiras e esportes. Mas não só na Educação Física Escolar, as próprias atividades físicas em outras áreas fora do contexto escolar - também promovem tais progressos no indivíduo, permitindo que eles desfrutem da vida como os demais.

Prosseguindo, apesar da Educação Física estar amparada pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), este documento não apresenta nenhuma técnica de intervenção pedagógica para com este tipo de aluno (deficientes) ou instrução de como se combater os preconceitos contra esses alunos e menos ainda sobre como incluí-los na escola, tendo em vista que a integração não é somente ultrapassar as barreiras físicas, mas também é – fazer com este aluno permaneça na escola e tenha vínculos de amizade e se desenvolva integralmente.

Por fim, por mais que a Educação Física contribua imensamente para com o desenvolvimento e inclusão integral do aluno autista, tais benefícios não dependem somente dela, mas de uma equipe multidisciplinar, incluindo todo o corpo docente escolar, profissionais externos a ela e a família deste indivíduo. Pois, a Educação Física é sim, um instrumento importante na integração e desenvolvimento do aluno autista, mas



há também remédios, terapias, consultas médicas, aceitação e contribuição da família e da escola perante esta situação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, F. F. V.; MOREIRA, E. C. Contribuições da disciplina de estágio supervisionado de um curso de licenciatura em Educação Física: a percepção discente. **Revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP**, Campinas, v. 10, n. 2, p. 77-102, ago. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/conex.v10i2.8637676>. Acesso em: 10 abr. 2022.

ALVES, F. R. **Desafios e mudanças: uma proposta de programa de exercícios físicos para crianças com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA)**. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade de Juiz de Fora. Juiz de Fora. 2014. 136 f. Disponível em: <https://ppgefi.ufv.br/wp-content/uploads/2012/02/F1%C3%A1via-Regina-Alves.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2022.

ANAIS DA JORNADA CIENTÍFICA DOS CAMPOS GERAIS, 2018, Ponta Grossa. **O desenvolvimento das crianças com TEA**. Ponta Grossa, 2018. Disponível em: <https://www.iessa.edu.br/revista/index.php/jornada/artic le/view/865>. Acesso em: 10 abr. 2022.

BAIENSE, A. E. dos S. Percentual de alunos com deficiência matriculados em classes comuns ou especiais exclusivamente no Brasil – 2015 a 2019. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, [S. l.], v. 11, n. 1, pág. e23011124763, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i1.24763. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/24763>. Acesso em: 18 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base nacional comum curricular**. Brasília: MEC/SEB, 2019. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 10 abr. 2022.

CABRAL, C. S.; MARIN, A. H. Inclusão escolar de crianças com transtorno do espectro autista: uma revisão sistemática da literatura. **Educação em Revista**, v. 33, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-4698142079>. Acesso em 18 nov. 2022.

CARDOZO, L. P. **Estágio curricular supervisionado em Educação Física**: significado para a formação docente dos egressos da FURG. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de pós-graduação em Educação. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012. Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/5235>. Acesso em: 10 nov. 2022.

DIAS, H. L. A. B.; BORRAGINE, S. de O. F. A inclusão de crianças autistas nas aulas de Educação Física escolar. **Revista Expressão Da Estácio**, v. 3, 2020. Disponível em <http://periodicos.estacio.br/index.php/REDE/article/viewFile/8453/47966930>. Acesso em 18 nov. 2022.



FERRAZ, A. P. dos S.; COSTAS, F. A. T.; FREITAS, C. do N. Base Nacional Comum Curricular e educação inclusiva: algumas considerações. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 17, n. 50, p. 78-97, 2020. Disponível em: <http://periodicos.estacio.br/index.php/reeduc/article/viewArticle/6346>. Acesso em: 18 nov. 2022.

FILHO, J. F. B.; CUNHA, P. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar. Transtornos globais do desenvolvimento**. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Especial, [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010. v. 9. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/43219>. Acesso em: 10 abr. 2022.

LAUREANO, C. G.; FIORINI, M. L. S. Possibilidades da psicomotricidade em aulas de Educação Física para alunos com Transtorno do Espectro Autista. **Revista da Associação Brasileira de atividade motora adaptada**, v. 22, n. 2, p. 317-332, 2021. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/sobama/article/view/10402>. Acesso em: 18 nov. 2022.

LOURENÇO, C. C. V. *et al.* Avaliação dos efeitos de programas de intervenção de atividade física em indivíduos com transtorno do espectro do autismo. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 21, p. 319-328, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-65382115000200011>. Acesso em: 18 nov. 2022.

Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. Disponível em: <http://www.institutopebioetica.com.br/documentos/manual-diagnostico-e-estatistico-de-transtornos-mentais-dsm-5.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2022.

MELLO, L. A.; FIORINI, M. L. S.; COQUEIRO, D. P. Benefícios da Educação Física escolar para o desenvolvimento do aluno com Transtorno do Espectro Autista na percepção dos professores. **Revista da Associação Brasileira da Atividade Motora Adaptada**, Marília, v. 20, n. 1, p. 81-98, ago. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/2674-8681.2019.v20n1.08.p81>. Acesso em: 10 abr. 2022.

MELO, J. S. *et al.* A psicomotricidade e a educação física adaptada no desenvolvimento de crianças com transtorno do espectro autista. **“Brazilian Journal of Development”**, Curitiba, v. 6, n. 5, p. 27179-27192, may. 2020. Disponível em: 10.34117/bjdv6n5-244. Acesso em: 10 abr. 2022.

MORAES, K.; FERRAS, S. D.; MACHADO, L. M. B. **O desenvolvimento das crianças com TEA**, Ponta Grossa. In: JORNADA CIENTÍFICA DOS CAMPOS GERAIS, 16, 2018, Ponta Grossa. Anais [...] Disponível em: <https://www.iessa.edu.br/revista/index.php/jornada/artic le/view/865>. Acesso em: 10 abr. 2022.

NETO, E. C. A.; COSTA, L. E. L.; NETO, J. L. C. **Educação Física no desenvolvimento motor de crianças com Transtorno do Espectro do Autismo: uma revisão**. Goiânia: Kelps, 2018. E-book. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=YV-HDwAAQBAJ&lpg=PT31&ots=Zx0-IZH1Ty&dq=%20educa%C3%A7%C3%A3o%20f%C3%ADsica%20no%20desenvolvi>



mento%20motor%20de%20crian%C3%A7as%20com%20Transtorno%20do%20espectro%20autista%20&hl=pt-BR&pg=PT31#v=twopage&q&f=false. Acesso em: 10 abr. 2022.

NOGUEIRA, G. C. **Práticas corporais nas aulas de Educação Física e sua contribuição para a socialização e inclusão de crianças autistas no contexto escolar: uma revisão bibliográfica.** 2022. 29 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação Física) — Universidade de Brasília, Brasília, 2022. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/30995>. Acesso em: 18 nov. 2022.

PIRES, G. de L. **Estágio supervisionado em Educação Física escolar: relatos e apontamentos como demandas à formação profissional.** Florianópolis: Coleção Temas em Movimento, 2012. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4298829/mod_resource/content/1/Constru%C3%A7%C3%A3o%20da%20identidade%20profissional%20em%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20F%C3%ADsica.pdf. Acesso em: 18 nov. 2022.

PRAIS, J. L. S.; FURLANETTO, F. R. Compreensão dos Acadêmicos de Pedagogia Acerca dos Conceitos de Inclusão Total e Inclusão Responsável. **Revista de Educação**, v. 18, n. 24, 2015. Disponível em: <https://revista.pgsskroton.com/educ/article/view/3347>. Acesso em: 18 nov. 2022.

ROCHA, L. H. M. *et al.* Os benefícios da prática de exercício físico no tratamento da depressão. **Epitaya E-books**, v. 1, n. 8, p. 44-51, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.47879/ed.ep.2021298p44>. Acesso em 18 nov. 2022.

SÃO PAULO. Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. União dos Dirigentes Municipais de Educação do Estado de São Paulo. Currículo Paulista. São Paulo: SEESP/UNDIME-SP, 2019. Disponível em: http://www.escoladeformacao.sp.gov.br/portais/Portals/84/docs/pdf/curriculo_lo_paulista_26_07_2019.pdf. Acesso em: 18 nov. 2022.

SCALABRIN, I. C.; MOLINARI, A. M. C. A importância da prática do estágio supervisionado nas licenciaturas. **Revista unar**, v. 7, n. 1, p. 1-12, 2013. Acesso em: 10 nov. 2022.

SILVA, G. T.; ALVES, M. C. C.; CORREIA, M. S. A Educação Física na esteira da educação inclusiva: o papel do professor de Educação Física junto aos alunos autistas. *In: ENCONTRO NACIONAL DAS LICENCIATURAS, VII.*, 2018, Fortaleza. **Anais de evento** [...]. Fortaleza: Realize Editora, 2018. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/51231>. Acesso em: 10 abr. 2022.

SOUSA, L. B. de. A influência da afetividade na aprendizagem significativa: uma abordagem na educação infantil. **Afluentes: Revista de Letras e Linguística**, p. 77-93, 2018. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/afluentes/article/view/9148>. Acesso em: 18 nov. 2022.



ZIEMBA, M. F.; REIS, M. S. dos. **Educação física escolar e suas contribuições para alunos com transtorno do espectro autista.** 2022. Disponível em: <https://repositorio.uninter.com/handle/1/781><https://repositorio.uninter.com/handle/1/781>. Acesso em 18 nov. 2022.